

A NOTÍCIA DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA
ATRAVÉS DA LEITURA DOS JORNAIS
PUBLICADOS NO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

FÁTIMA SEQUEIRA DIAS

Dias, F. S. (2010), A notícia da implantação da República através da leitura dos jornais publicados no Arquipélago dos Açores. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 19: 97-122.

Sumário: Após a chegada da notícia da implantação da República, a imprensa açoriana publicada ao tempo relatou com maior ou menor entusiasmo o acontecimento, salientando não só a adesão dos populares ao novo ideário como a importância da nomeação de três jovens açorianos para novos governadores civis dos distritos de Angra, Horta e Ponta Delgada.

Dias, F. S. (2010), The news of the establishment of the Republic through the newspapers published in the Azores Archipelago. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 19: 97-122.

Summary: After the arrival of the news on the establishment of the Republic, the Azorean press reported more or less enthusiastically the event, highlighting the adherence of the people to the new ideas and the importance of the appointment of three youngsters to civil governors of the districts of Angra, Horta and Ponta Delgada.

Fátima Sequeira Dias – Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores.

Palavras-chave: Imprensa açoriana, adesão à República, Governos Civis.

Key-words: Azores Press, adherence to the Republic, Civil Governors.

1. Alguns minutos antes das 10 horas da manhã do dia 5 de Outubro de 1910, a República foi proclamada da varanda da Câmara Municipal de Lisboa. A notícia, porém, apenas foi recebida às cinco horas da tarde, na ilha Terceira¹, à noite, na ilha do Faial, e já raiando a madrugada do dia 6, na

ilha de São Miguel. A partir de então, foi transmitida às demais ilhas do arquipélago.

O Correio Michaelense, *O Tempo* e *O Telégrafo* informaram os seus lei-

¹ *O Tempo*, Ano 5.º, n.º.1.437, 8 de Outubro de 1910.

tores do acontecimento logo no dia seguinte à vitoriosa revolução, mas *A União* só o fez no dia 7 e *O Diário dos Açores*, que anunciava ser «o jornal com maior divulgação nos Açores e fora dos Açores», apenas a divulgou no dia 8, três dias após a proclamação da República, juntamente com *O Açoreano Oriental*.

Então, publicavam-se dezasseis jornais, nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial². Nas demais ilhas, após a publicação de alguns títulos, ao tempo, não se publicava nenhum. Em São Miguel, publicava-se o maior número, pois não só se editava em Ponta Delgada, como também na Ribeira Grande e na Povoação. Na cidade, os micaelenses tinham ao seu dispor *O Correio Michaelense*, que era dirigido por Francisco B. de Medeiros e Câmara; *O Diário dos Açores*, por Manuel Ferreira Lacerda; *A Persuasão* e *A Gazeta da Relação*, por Francisco Maria Supico, que também era proprietário de ambos; *O Açoreano Oriental*, por José I. de Sousa; *A Semana*, por Manuel de

Faria Marques; a *Revista Pedagógica*, por Maria Evelina de Sousa, que também era a sua proprietária, e a *Vida Nova*, por Francisco Soares Silva também seu proprietário. Os leitores da Ribeira Grande tinham *A Estrela Oriental*, cuja directora e proprietária era Maria Júlia Botelho, e os da Povoação, *O Correio Povoacense*, que tinha como proprietário e editor João de Medeiros Bandarra, e o *Aurora Povoacense*, de que era director Breno Botelho. Doze jornais publicados num distrito cuja população ascendia a 122.553 indivíduos³. Na Terceira, publicavam-se dois diários: *A União*, cujo director e proprietário era Manuel Vieira Mendes da Silva, e *O Tempo*, sendo proprietário Eugénio da Silva dos Santos e redactor principal José Augusto dos Santos. A população do distrito era calculada em 69.957 habitantes. No Faial, o diário *O Telegrapho*, que no subtítulo acrescentava ser um «diário independente», era propriedade de Manuel Emídio Gonçalves, que também era seu director. O distrito tinha

² Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, *Jornais Açorianos – Catálogo*, Impracor, Ponta Delgada, 1995. Esta foi a fonte, juntamente com o catálogo interno da mesma instituição, que fundamentou a investigação presente. Agradeço penhoramente ao Professor Doutor Carlos Cordeiro as informações sobre as simpatias políticas dos directores dos jornais açorianos.

³ *Recenseamento da População 1911* cit. Gilberta Pavão Nunes, «O crescimento da população e os novos destinos da emigração» in Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, *História dos Açores, do descobrimento aos nossos dias*, Angra do Heroísmo, IAC, 2009, vol. II, p. 268.

uma população de 50.055 habitantes. Na ilha de São Miguel, apenas *O Correio Michaelense* e o *Diário dos Açores* eram diários. A demais imprensa era semanal ou quinzenal, pois os leitores não abundavam.

2. Recebida a notícia da proclamação da República, a imprensa insular relatou com maior ou menor brilho a mudança de regime. Toda salientou os novos símbolos republicanos: a bandeira vermelha e verde, *A Portuguesa*, o novo hino, e a calorosa adesão das populações ao novo regime. As notícias sobre o novo regime não negligenciavam, porém, nem as notícias sobre o quotidiano insular, como as partidas e as chegadas dos ilustres e o movimento do porto, nem a vontade de entreter os leitores com a publicação de curiosidades de cultura geral e a inclusão de um folhetim.

Com a proclamação da República, em São Miguel, as bancas passaram também a vender, na cidade, *A República*, cujo primeiro número foi publicado logo a 12 de Outubro, sob a direcção de Henrique Paz Jr., e, em Vila Franca do Campo, *A Pátria*, publicado pela primeira vez em 27 de Outubro, tendo por director Virgílio de Oliveira Silva. De notar a precocidade do título do jornal micaelense *A República*, pois o emblemático jornal continental sob a mesma designa-

ção só seria fundado por António José de Almeida, na capital, em 15 de Janeiro de 1911.

Lendo os diferentes jornais publicados nos dias seguintes à revolução vitoriosa, verifica-se que o episódio maior não retirou nem abafou a diversidade dos temas publicados, porquanto a proclamação da República nem sempre foi a notícia principal. Salientam-se, porém, dois temas comuns a todos os títulos: o confessado orgulho no presidente da República do Governo Provisório e a nomeação de novos Governadores Civis nos três distritos insulares. A imprensa não poupou os adjectivos laudatórios a Teófilo Braga, caracterizado como o *egrégio* micaelense, o *sábio* professor, o *providencial* político, o *bondoso* republicano e o *honrado* homem. Quanto aos novos Governadores Civis, a indignação de um faialense, de um micaelense e de um terceirense respectivamente para os distritos do Faial, de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo foi saudada com grande júbilo. De resto, não foi esquecida a referência ao numeroso público sempre presente nas cerimónias do novo regime tal como também ao elevado número de adesões à República. Das reacções dos antigos monárquicos, não há notícia.

Os açorianos tinham percebido o princípio caro aos republicanos de que o país era para todos, mas que

o Estado era para os republicanos⁴. E, à semelhança do resto do país, também nos Açores «a revolução tinha preenchido um vazio político. Ninguém, por isso, lhe resistiu [...]». A República ‘feita por todos’ foi aceite por todos⁵. Também aqui, os «adesivos», os «aderidos» ou os «cristãos-novos da República» não se fizeram tardar...⁶.

Nos primeiros dias após a recepção da notícia, os episódios revolucionários na longínqua capital foram narrados com parcimónia. Esqueceram-se «as 30 horas de lutas com vários mortos em combate ou por causa dele»⁷, para se enaltecer a coragem e o heroísmo dos patriotas. Pelo contrário, as manifestações públicas da implantação do novo regime nas ilhas foram relatadas com pormenor, ao longo dos dias seguintes.

3. Na ilha de S. Miguel, *O Diário dos Açores*, por vezes acusado de motivações republicanas durante a Monarquia, apenas no dia 8, apresentou um longo editorial assinado por Victor

Cabral acerca da mudança de regime, com várias considerações éticas sobre os novos desafios para a República e para os portugueses: «o que nos interessa como suprema política é a paz»; «precisamos das energias da paz e da produtividade do trabalho»; «a nação é de todos»; «o estado é uma propriedade comum, comum tem de ser a cooperação»... Uma contra-revolução não só era indesejável como seria ineficaz, porque fora a própria caminhada da história que conduzira à República, pelo descrédito motivado pela Monarquia. A esperança repousava na realização «de paz, de ordem desse fecundo labor de que emergem progresso e prosperidade».

Os caros valores republicanos estavam todos contemplados: *evolução fatal* da sociedade para a República, a regeneração moral e as necessárias virtudes cívicas: «acreditava-se na perfectibilidade ilimitada do homem no sentido da ‘felicidade’ e do ‘bem-estar’, o tal ‘mundo novo’ que a implantação da República tornava agora possível»⁸.

⁴ José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa, 1978, vol. I, pp. 96 e 107 cit. Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, 2.ª ed., p. 577.

⁵ Rui Ramos, *História de Portugal*, op. cit., p. 580.

⁶ João Medina, «A adesivagem ou a República frustrada ao nascer» in João Medina

(dir.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Lisboa, Ediclube, 2001, vol. X, p. 87.

⁷ Cf. João Medina, «A adesivagem ou a República frustrada ao nascer», op. cit., p. 79.

⁸ Joaquim Pintassilgo, *República e Formação dos Cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 62.

Na semana seguinte, o jornal publicou o Programa do Partido Republicano, que havia sido apresentado em 1891 e ainda se mantinha em vigor em 1910⁹. O programa «propunha o municipalismo, a secularização da vida pública, o sufrágio universal, o exército de milicianos, o proteccionismo alfandegário, o apoio estatal a todos os meios de ‘incorporação do proletariado na sociedade moderna’»¹⁰.

A *Revista Pedagógica* foi um dos jornais que relatou com maior pormenor a adesão à República pelos micaelenses, não dissimulando o inaudito prazer pelo acontecimento. No longo artigo, relatando o gáudio pela Proclamação da República, a professora Maria Evelina de Sousa, em nota anterior, informava que o referido artigo fora «recusado há mais de quinze dias pelo *Diário dos Açores*, por motivos que lhe são particulares»¹¹. Mas, afinal, o que relatava o artigo recusado pelo jornal *Diário dos Açores*, que era considerado pró-regime republicano? Maria Evelina de Sousa escrevia que, no dia 9 de Outubro, fora «solenemente proclamada a República portuguesa no edifício da Câmara Municipal de Ponta Delgada e hasteadas

em todos os edifícios públicos a já gloriosa bandeira bicolor que representa a Pátria portuguesa». Quanto à República, era «o suspirado sistema de governo que todos nós, liberais, há muito ambicionávamos». Na varanda da câmara, o novo Governador Civil, o Dr. Luís Francisco Tavares, discursara e *A Portuguesa* fora executada pela banda regimental. Mas, também das varandas do Hotel Açoriano havia discursado o gerente do Banco de Portugal, um velho republicano. A Praça João Franco denominava-se, agora, Praça da República e muitos tinham sido os que quiseram assinar o livro de honra aberto na câmara. Maria Evelina de Sousa não o escreveu, mas os presentes não queriam que se duvidasse da sua adesão ao novo regime. Os «adesivos» também se manifestavam em Ponta Delgada! A professora preferiu concluir que a manifestação da população fora «sincera e espontânea».

Quanto ao quinzenário *Vida Nova*, órgão do operariado micaelense, apenas no dia 15 foi dada a notícia da implantação da República, mencionando as reformas profundas esperadas: a expulsão dos jesuítas e a extinção das congregações religio-

⁹ *Diário dos Açores*, 10 a 18 de Outubro de 1910.

¹⁰ José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 6: Rui Ramos, *A Segunda Fundação*

(1890-1926), Lisboa, Circulo de Leitores, 1994, p. 405.

¹¹ *Revista Pedagógica*, Ano 5.º, n.º 157, 20 de Outubro de 1910.

sas¹². Na segunda página, juntamente com a notícia da sentida morte do Dr. Miguel Bombarda, os leitores foram esclarecidos em «Mudança de regime» que: «após uma revolução em que pereceram inúmeras pessoas foi finalmente implantada a República em Portugal. Constituiu-se imediatamente o Governo Provisório, sendo chamado para a presidência o egrégio micaelense, sr. Dr. Teófilo Braga. Era um facto que fatalmente se tinha de dar em vista dos escândalos e da corrupção da extinta Monarquia. Foi decretada a expulsão dos jesuítas e a extinção das congregações religiosas»¹³. Era a primeira vez que se aludia à nova política religiosa da República que assentava no decreto de 8 de Outubro, que punha em vigor as leis pombalinas de expulsão dos jesuítas, e na lei de Joaquim António de Aguiar, que extinguiu as ordens religiosas em Portugal¹⁴. Também para o *Vida Nova*, o regime tinha caído de podre e a revolução não tinha tido resistência. Fora, enfim, uma «dégringolade tragicómica», como escreveria o Marechal Gomes da Costa nas suas memórias, anos mais tarde¹⁵.

Os demais jornais micaelenses foram menos eufóricos na adesão ao novo regime. Relatarem os acontecimentos com condescendência e sem emoção. Parecia quererem esperar pelo desenrolar dos acontecimentos. Afinal, também o 31 de Janeiro não vingara. A atitude parecia ser a de esperar para ver.

O *Correio Michaelense*, órgão oficial do Partido Progressista – Autonomista Micaelense, no próprio dia da proclamação da República, publicou um longo artigo transcrito do «Morning Post», intitulado «Os Republicanos Portugueses», assinado por Henry Byron. O jornalista repudiava o espírito maçónico dos republicanos portugueses que só encontrava eco na França e na Bélgica, enquanto o governo britânico não podia aceitar o partido que fazia a apologia do regicídio, numa alusão velada ao papel desempenhado pela comissão republicana composta por Magalhães Lima e José Relvas para sondar as potências estrangeiras¹⁶. Byron apontava como principais problemas dos republicanos o facto de «ainda que exteriormente unidos, especialmente na sua obra de destruição, sofre[rem]

¹² Ano 3.º, n.º 51, 15 de Outubro de 1910.

¹³ Ano 3.º, n.º 51, 15 de Outubro de 1910.

¹⁴ Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República, Crenças e mitos num tempo de utopias*, Lisboa, Ed. Notícias, 2004, p. 36.

¹⁵ Marechal Gomes da Costa, *Memórias*, Lisboa, 1930, p. 214.

¹⁶ João Bonifácio Serra, «Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente» in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Alfa, 1990, vol. III, p. 15.

as mesmas divisões que os monárquicos», a cega admiração dos portugueses por tudo o que era originário da França e consequentemente pelo ideário da revolução francesa e finalmente «a sua política fanática e anti-religiosa»¹⁷. De resto, «o movimento universal do trabalho contra o capital» e a falta de capacidade dos políticos republicanos, imbuídos de um «espírito tacanho e fanático»¹⁸, não só radicalizara o programa do partido como fazia perigar o futuro nacional. Após a inclusão deste artigo tão contrário ao ideal republicano, nos dias 5 e 6 de Outubro, nos dias seguintes, a 7 e a 8, o *Correio Michaelense* incluiu um artigo do republicano João Chagas intitulado «O perigo da invasão monárquica na República», no sentido de manter a República fiel ao ideal republicano. Sem cedências. O jornal também publicou os telegramas recebidos no dia 7: «deu-se uma insurreição militar esta madrugada, havendo forte tiroteio; o republicano sr. Dr. Miguel Bombarda foi assassinado por um doido de Rilhafoles», o hospital de doenças mentais em Lisboa. Os telegramas não mereceram qualquer comentário, pois o seu texto era já a própria notícia e o jornalista

pressupunha que os leitores conhecessem o jovem médico e soubessem que ele era a esperança do Partido Republicano Português. O certo é que Miguel Bombarda tinha sido assassinado ao fim da manhã do dia 3 (a ofensiva dos republicanos começara na noite de 3 ou na madrugada do dia 4) e a autópsia ao corpo fora realizada no próprio dia da proclamação da República¹⁹, mas a notícia só chegara a São Miguel quatro dias após o infeliz acontecimento. Pelo texto do telegrama, o leitor seria levado a pensar que o episódio narrado tinha sido consequência da revolução.

Finalmente, na edição de 10 de Outubro, a notícia mais importante era a da proclamação da República em Ponta Delgada no dia anterior, «perante toda a oficialidade da guarnição militar desta ilha, Regimento de infantaria 26, numerosas senhoras e grande massa de povo». No final da cerimónia, o castelo de São Brás salvou com 21 tiros a nova bandeira, que tinha sido hasteada no quartel de infantaria 26, na bateria de artilharia e nas repartições públicas. À semelhança do resto do país, também em Ponta Delgada se iniciavam as festas cívicas tão ao gosto do novo regime.

¹⁷ *Correio Michaelense*, Ano 3.º, n.º 708, 5 de Outubro de 1910.

¹⁸ *Correio Michaelense*, Ano 3.º, n.º 709, 6 de Outubro de 1910.

¹⁹ Raúl Rego, *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, vol. II, pp. 112-126.

O jornal monárquico manteve, porém, a descrição não fazendo comentários sobre o novo regime, mas aceitando-o como um facto consumado.

Neste contexto de condescendência pelo novo regime, o jornal que exibiu de forma mais concreta o seu desagrado foi o *O Açoreano Oriental*. No artigo intitulado «Proclamação da República», queixava-se do novo regime com expressões como «contra a expectativa da maioria e em harmonia com as previsões de muitos», «na nossa qualidade de monárquicos», «a notícia surpreendeu, digamos, chocou», «que inconstantes são os destinos dos homens» e «terminaram, assim, oito séculos de uma Monarquia que ilustrou a nossa história com factos heróicos»...²⁰. Afinal, o jornalista estivera distraído, pois as raízes do ideal republicano remontavam aos anos trinta de oitocentos, ainda que o Partido Republicano Português só tivesse sido fundado em 1880, aquando das comemorações de Camões²¹.

O semanário *A Semana*, a 8 de Outubro, na sua terceira página, sem qualquer comentário, incluiu a rubrica: Telegramas para o *Correio*

Michaelense, retendo do primeiro telegrama, que chegara no dia 6 às 5 horas da manhã a Ponta Delgada, a «renhida luta entre a artilharia 1 e a guarda nacional» e o bombardeamento do Palácio das Necessidades; do segundo telegrama, chegado às 8 horas, a constituição do Governo Provisório e a viagem para São Miguel do cruzador «D. Carlos»; e, do terceiro, o nome dos três açorianos indigitados pela República para o cargo de Governador Civil dos distritos e a partida para o exílio de D. Manuel II no iate real «D. Amélia»²². Por seu turno, o farmacêutico jornalista, Francisco Maria Supico, autor de *A Mocidade de Teófilo Braga*²³, que tinha fama de ser republicano durante o regime monárquico, foi muito contido acerca do novo regime, na *A Gazeta da Relação*. No dia 8 de Outubro, deu a notícia da tomada de posse do novo Governador Civil do distrito, mas sem mais qualquer referência à proclamação da República. Nos dias 11 e 13 de Outubro, informou sobre a morte do capitão de infantaria 16, Manuel Joaquim de Barros, natural de São Miguel, vítima da revolução, «assassinado pelos revoltosos a se-

²⁰ *Açoreano Oriental*, Ano 76.º, n.º 3.936, 8 de Outubro de 1910.

²¹ Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, 2.ª ed., p. 12.

²² *A Semana*, Ano 2.º, n.º 62, 8 de Outubro de 1910.

²³ Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989, p. 12.

mana passada em Lisboa» e da realização de uma missa em sufrágio pela sua alma. Um mártir açoriano na defesa da Monarquia contra os revoltosos! Ainda informou que, no sábado à noite, dia 8, «um grupo de académicos acompanhados pela filarmónica União Fraternal» percorreram as ruas da cidade em «marcha aux flambeaux». Mais notícias não foram dadas acerca da República.

Quanto aos jornais fora de Ponta Delgada, o semanário católico tradicionalista, com pendor contra-revolucionário, *A Estrela Oriental*, a 8 de Outubro, tinha como artigo de fundo «a quem pertence a escola» e, nos dois números seguintes explicou acerca do papel das «criadas de servir». A República não mereceu qualquer comentário à directora do conservador jornal. Votar à ignorância o novo regime, eis a melhor forma de mostrar a sua desaprovação. Posição contrária tiveram os editores do *Correio Povoacense* e da *Aurora Povoacense*, dois jornais que se destinavam a um concelho periférico. No primeiro, a 8 de Outubro, o editorialista explicava ter logo entendido que o longo silêncio do telégrafo era suspeito, mas pensara dever-se à visita do presidente da República do Brasil

a Portugal. Depois, percebeu ter sido proclamada a República em Lisboa e descreveu os graves acontecimentos entre os defensores da Monarquia e os republicanos. Recorde-se que a Carbonária tinha feito cessar a transmissão de despachos telegráficos e que tinha ficado suspenso o tráfego na linha telefónica do Porto, cortada em Telheiras²⁴, consequentemente Ponta Delgada como várias outras cidades do país estivera quase 48 horas sem receber mensagens telegráficas²⁵. Na mesma página, porém, também houve lugar para um artigo sobre «Rir» e para explicar «O Homem Macaco». No segundo periódico, com a coluna intitulada «Últimos acontecimentos», o jornalista teceu vários comentários sobre o novo regime político em Portugal, não condenando o regime monárquico, porque, afinal, ele vigorava com sucesso em Inglaterra e na Itália, mas apenas desaprovando a má governação portuguesa, com a alusão à «escumalha do partido do Hintze» e aos vários atropelos à legalidade que contribuíram para o fim da Monarquia portuguesa²⁶. Afinal, o periódico povoacense fora o único a deixar uma forte crítica aos excessos do Partido Regenerador, atribuindo a responsabilidade, sem reboço, «à escumalha

²⁴ Joaquim Romero de Magalhães, *Vem aí a República! 1906-1910*, Coimbra, Almedina, 2009, p. 366.

²⁵ *Açoreano Oriental*, Ano 76.º, n.º 3.936, 8 de Outubro de 1910.

²⁶ *Aurora Povoacense*, Ano 28.º, n.º 1.258, 8 de Outubro de 1910.

do partido do Hintze». Visão diferente tinha deixado o *Açoreano Oriental* que considerava ter sido a precoce morte do conselheiro Hintze Ribeiro que acelerara a decadência do regime monárquico²⁷!

Na Terceira, os dois jornais aderiram à República com emoção. *O Tempo*, diário da manhã, no dia 7, exibia na primeira página os telegramas recebidos de Ponta Delgada e da Calheta, explicando que não os havia recebido do correspondente de Lisboa. Apresentava alguns extractos do programa do Partido Republicano Português e dava a notícia da tomada de posse do Dr. Henrique Braz, no cargo de Governador Civil. Ainda mencionava os novos administradores dos concelhos da Calheta, Praia da Vitória, Velas e Santa Cruz da Graciosa, tal como o novo Governador Civil do Faial. Quanto aos telegramas recebidos: o de São Miguel, no dia 6 às 11h55, informava sobre a breve chegada do cruzador «D. Carlos» para assistir à proclamação da República na ilha e a tomada de posse naquele dia do Dr. Luís Francisco Tavares, no cargo de Governador Civil; o da Calheta, também recebido no dia 6, mas às 3h e 15m da tarde, rezava que «a implantação da República portuguesa foi aqui recebida com grande

regozijo, havendo música pelas ruas, com vivas e foguetes».

No dia 8, a primeira página foi dedicada ao novo regime político. O editorial intitulado «A nossa festa» narrava o nervosismo na redacção do jornal desde a véspera do anúncio da proclamação da República pela ausência de telegramas da capital e a emoção quando foi anunciado o grande acontecimento. Discursos, vivas à República e ao Povo de Lisboa repetiram-se numa grande excitação, sempre acompanhados de foguetes e fogo de artifício. Depois, foi descrita a tomada de posse do novo governador: «a nomeação feita de longe, sem indicação alguma daqui, não podia todavia cair melhor nem tão bem, como no moço advogado, sobre o qual parece terem-se reunido todos os dons requeridos no primeiro Governador Civil da República». A outra notícia destacada foi a da constituição do Governo Provisório e a do heroísmo dos republicanos exposto com palavras inflamadas: «verteu-se sangue português, milhares de homens saíram para as batalhas das ruas, dispostos a jogar a vida [...]. O Povo bateu-se e, quando um povo tem a coragem heróica de afrontar a morte, pode ter-se a certeza de que a causa por que ele se bate é uma causa justa»²⁸. No entanto,

²⁷ *Açoreano Oriental*, Ano 76.º, n.º 3.936, 8 de Outubro de 1910.

²⁸ *O Tempo*, Ano 5.º, n.º 1.437, 8 de Outubro de 1910.

segundo Pulido Valente, «a revolução republicana, durante tantos anos tão cuidadosamente preparada, começou – e acabou – na maior desordem»²⁹. Quanto ao jornal *A União*, de tradição monárquica, o longo editorial de 7 de Outubro foi intitulado «Ressurreição da Pátria», elogiando o sacrifício dos revolucionários. As maleitas da Monarquia eram profundas pois diziam respeito à falta de instrução popular e à falta de educação cívica. Em relação ao futuro, o culto da verdadeira liberdade era proclamado, tal como a simbologia da revolução francesa com justiça, equidade e fraternidade. A República era a esperança para acabar com um «país pobre, maltrapilho, semibárbaro, devorado pela política e estúpido por força da educação ministrada pela Igreja e por Coimbra», como escreveria Aquilo Ribeiro acerca dos últimos anos da Monarquia portuguesa³⁰.

Na ilha do Faial, *O Telegrapho*, «jornal independente», em artigo de primeira página, ao longo de três colunas, louvava o «Exercício físico», esclarecendo a necessidade de exercício físico para preservar a saúde, explicando que «só há três médicos verdadeiramente grandes: são a água,

a dieta e o exercício». Lição ao sabor do cientismo da época, quando se não duvidava da correcção dos comportamentos humanos através das intervenções no corpo humano e das instituições sociais, como defendia Miguel Bombarda³¹. Na primeira página ainda informava os nomes de quatro senhoras da sociedade local que iriam festejar o seu aniversário natalício no dia seguinte e, a par de «Notícias do Brasil», dava a grande notícia, em menos de meia coluna, que era a da «Proclamação da República».

Afinal, como informava o jornal o grande acontecimento? «*Soube-se ontem à noite por notícia telegráfica que fora proclamada em Lisboa a República portuguesa, sem que felizmente houvesse revolução de maiores proporções. O facto deu-se na ocasião em que o rei se encontrava a bordo do navio brasileiro S. Paulo, e fosse qual fosse a causa ocasional, a República portuguesa é um facto consumado. A notícia foi aqui geralmente bem recebida, e só temos a desejar dias melhores ao nosso querido país. Sem cuidar de retaliações, enterremos os mortos e tratemos dos vivos. Não agitar-se graves problemas na vida nacional e eles exigem o concurso de todos os homens de valor*

²⁹ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo, A revolução de 1901*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1999, 3.^a ed., p. 98.

³⁰ Aquilino Ribeiro, *Um escritor confessa-se*, Lisboa, Liv. Bertrand, 2008, p. 299.

³¹ Miguel Bombarda, *A consciência e o livre arbítrio*, p. 339, cit. in Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, op. cit., p. 415.

intelectual ou moral. Desta circunstância dependem sobretudo a tranquilidade e o progresso»³². No dia seguinte, o jornal faialense explicava em duas colunas o que era a República, num longo extracto retirado da *Enciclopédia Portuguesa*. Depois ainda se anunciavam os aniversários de personalidades locais para o dia seguinte, se escrevia sobre a polémica, na cidade de Berlim, acerca da eficácia do serum anti-sifilítico, se davam conselhos sobre a importância da higiene na educação escolar e, finalmente, a quarta coluna da primeira página era dedicada à tomada de posse do Governador Civil do distrito da Horta, no dia anterior. Explicava-se que o convite para o cargo partira do ministro do interior, o Dr. António José de Almeida, em telegrama chegado no próprio dia 6 de Outubro. A tomada de posse «*foi extraordinariamente concorrida por indivíduos de todas as classes não só por simpatia para com o novo sistema de governo implantado em Lisboa na tarde de 4 do corrente, como também por amizade e simpatia para com o sr. Dr. José Machado Serpa*», o novo governador civil. O dia em que a Monarquia tinha caído não estava correcto, mas o que importava era o concurso de «todas as classes» em homenagem

à República. O jornalista salientava do discurso do novo governador as palavras honrosas para os antecessores e as suas considerações acerca da sua convicção de serem «*aderentes ao novo regime todos os presentes àquela grande reunião, esperando que ninguém lhe criaria dificuldades, e antes tendo a certeza do apoio geral dos seus administradores para levar a cabo uma profícua e progressiva administração local*»³³. No dia 8 de Outubro, a primeira página não só apresentava um grande elogio ao sábio professor Teófilo Braga, que assumia a Presidência Provisória da República Portuguesa, como apresentava partes do Programa do Governo Republicano, conforme havia sido publicado em 1891.

4. Segundo a imprensa, os açorianos aderiram à República sem relutância, integrando-se nos inúmeros festejos realizados em sua comemoração. Não são relatadas manifestações públicas contrárias ao novo regime, porquanto a própria imprensa pró-monárquica manteve a descrição sobre o assunto. Mais do que o medo das represálias havia certamente a compreensão de que nos pequenos espaços insulares havia que manter alguma reserva para

³² Ano 18.º, n.º 4.986, quinta-feira, 6 de Outubro de 1910.

³³ *O Télégrapho*, Ano 18.º, n.º 4.987, sexta-feira, 7 de Outubro de 1910.

não chocar e não motivar rupturas no quotidiano dos indivíduos. Assim se explica, por exemplo, o silêncio sobre o acontecimento nas actas das sessões quer da Associação Comercial de Ponta Delgada, quer do Ateneu Comercial da mesma cidade. Era necessário esperar para acreditar e para aceitar o novo regime.

Algumas críticas se fizeram aos excessos da Monarquia e ao partido Regenerador, chefiado, no passado, pelo micalense Hintze Ribeiro, mas, de um modo geral, promovia-se a crença na importância da paz e do progresso da Nação sob a República. Depositava-se a maior esperança nos novos governos distritais e queria-se acreditar que se inaugurava uma nova era para os portugueses.

A imprensa monárquica aceitava a derrota. O jornal *Açoreano Oriental* foi o único que manifestou, sem temor, o seu desgosto ao ideário republicano. A demais imprensa, apesar da adesão ao novo regime, manteve uma atitude expectante, sem grande euforia, à excepção do jornal terceirense *O Tempo* e da micalense *Revista Pedagógica*.

A atitude generalizada era a de que o tempo encarregar-se-ia de mostrar as vantagens ou as desvantagens do novo regime sobre a Monarquia. De resto, sabia-se que as ilhas estavam longe da metrópole e não se duvidava de que longe permaneceriam e, por isso, era necessário preservar os difíceis equilíbrios locais a bem da paz social.

ANEXOS

Açoreano Oriental, Ano 76.º, n.º 3.936, Sábado, 8 de Outubro de 1910

Publicação: São Miguel

Director: José I. de Sousa

Proclamação da República

Contra a expectativa da maioria e em harmonia com as previsões de muitos, que davam para próximo, recebeu-se nesta cidade quarta-feira última à noite após um silêncio telegráfico de cerca de quarenta e oito horas, notícia de ter sido proclamada a República em Portugal.

Na nossa qualidade de monárquicos, conforme com a orientação, que desde o seu início tem sempre servido de norma a esta folha, pertencemos ao número daqueles a quem a notícia surpreendeu, digamos, chocou. Não se contemplam e amam impunemente, umas instituições durante uma vida inteira, para que o desaparecimento brusco do seu campo de acção deixe de impressionar. E foi o que sucedeu.

Todavia há anos já que se manifestavam prodromos eloquentes de não estar para longe o advento das instituições democráticas. Só os não via quem os não queria ver, quem não pesava,

a valer, os erros que, dia a dia, se vinham acumulando, como caboucos de uma revolução que desse em resultado o facto agora consumado.

Cremos, contudo, que muito contribuiu para a precipitação deste e doutros acontecimentos graves que há tempos se vinham sucedendo com uma rapidez vertiginosa, a morte do sempre saudoso e abalizado estadista, nosso ilustrado conterrâneo, o conselheiro Ernesto Hintze Ribeiro, de quem o falecido monarca D. Carlos dizia ser mais monarca do que o próprio rei. Imperscrutáveis segredos do futuro!

Assim temos hoje o nosso país governado por umas instituições, que oxalá sejam de paz e prosperidade para todos.

Será por certo também este o sentir do exilado rei D. Manuel II, essa desditosa criança, que coroada rei entre dois cadáveres queridos, chora hoje no desterro a pátria que ele tanto estremece.

Como inconstantes são os destinos dos homens!

E terminaram assim oito séculos de uma Monarquia que ilustrou a nossa história com factos heróicos que a crónica regista com louvor.

Damos a seguir os telegramas enviados pela «Havas» ao Diário dos Açores:

Lisboa, 5, às 11 h. e 40 m da m.

– Foi proclamada a república. Os regimentos de artilharia 1 e caçadores 16 ficaram vitoriosos.

Lisboa 5, às 12h10m

– O sr. Dr. Teófilo Braga assumiu a presidência do governo; Afonso Costa, justiça; Bernardim Machado, estrangeiros; Basílio Teles, fazenda; António Luís Gomes, obras públicas; coronel Barreto, guerra; António José de Almeida, interior; Amaro Azevedo Gomes, marinha, O sr. Eusébio Leão foi nomeado Governador Civil de Lisboa.

Lisboa, 6, às 8h20m

– Parece que o sr. D. Manuel, rainhas e o infante D. Afonso embarcarão em Peniche a bordo do yacht «D. Amélia».

Durante a noite houve completo sossego.

As tropas estão a postos. O povo confraterniza, havendo entusiasmo delirante.

A bandeira republicana está hasteada nos edifícios.

Diário dos Açores, Ano 49.º, n.º 5.785, sábado, 8 de Outubro de 1910

Director Manuel Ferreira de Lacerda

Publicação: São Miguel

[este jornal é o de maior divulgação nos Açores e fora dos Açores]

A República em Portugal

Conforme as notícias telegráficas que já são do conhecimento de toda a gente, acha-se proclamada a República em Portugal, havendo-se organizado em Lisboa o Governo Provisório.

Segundo as mesmas notícias, as forças militares da terra e mar têm aderido à nova forma política. Decorridos portanto alguns dias sobre o início dos acontecimentos quase poderemos dizer que o novo estado de coisas pertence à categoria dos factos consumados.

E o que na realidade hoje nos interessa como suprema política - é a paz. A convulsão que nos últimos tempos se tem tornado profunda neste pequeno e depauperado organismo de Portugal, precisa chegar ao seu termo. A reserva de resistências não lhe permite mais a prolongação [sic] da luta. É-nos necessário como condição de vida considerarmo-nos em face de factos consumados, reconhecendo e aceitando as lógicas e fatais leis da história, porque os últimos acontecimentos são puramente e consequentes. Em vez de lutas políticas, precisamos das energias da paz e da produtividade do trabalho.

*

O primeiro passo a dar nesta nova fase da existência nacional é para que todos confraternizem. A nação é de todos.

A uns se deve a implantação do regime agora inaugurado. Mas não pretendem esses decerto que a posse do país seja deles. Não contestam a comunhão de interesse nacionais. Reconhecem a comunidade da posse.

Se é do progresso e de bem-estar, de paz, de felicidade o novo modo de ser do país pertence-lhes a glória, a glória dos iniciadores e criadores de uma nova modalidade. Nada mais pretendem, nem podem pretender.

E visto que o Estado é uma propriedade comum, comum tem de ser a cooperação.

*

Ao espanto não pode suceder uma suspensão de acção, como se de seus direitos civis dos seus direitos de cidadãos, fossem demitidos os portugueses não filiados até agora no partido republicano.

O Partido Republicano cessou. Passou a ser não já um partido, mas uma política dominante. A ela incumbe desde agora o dever de se constituir em partidos, de se vitalizar na organização de forças de combate, dirigidas por programas diferentes, cheios de acção fraterna e impulsiva, repletos de liberdade e de insofismável, de direitos e garantias para todos de tolerância e não de ódios, de esforços que se unam e não de indivíduos que se incompatibilizam.

A uns coube a iniciativa; a outros cabe o reconhecimento do novo estado de coisas, o dever de integrar-se nelas, sem longas e agitados soluços de continuidade na vida normal.

Não continuem os antigos monarcas a criar divisões que estabelecem condições irreduzíveis. Em vez de turvo olhar de ódio e luta esterilizante, a aproximação efectiva e o labor fecundo. Não confundam a nostalgia do passado com o patriotismo; o amor a princípios com que conviveram, com a razão básica de interesses pátrios; os antigos hábitos de sentimento com os direitos e reivindicações do evolucionismo histórico.

República não é senão uma palavra.

O sentido dela é que é tudo.

E o seu significado fundamental é esta coisa grandiosa – a causa comum.

Detestavam-na aqueles que discordavam da forma dela se traduzir, porque tinham amor ao seu rei, símbolo de um ambiente em que o braço os embalou; porque tinham amor hereditário à velha instituição da realeza de oito vezes secular, contemporânea do nascimento da pátria. Mas a histórica monárquica tem já sofrido modificações profundas no decurso das épocas como outros tantos golpes vibrados naqueles que também então a amavam.

Já os últimos oitenta anos do constitucionalismo tinham ferido vivamente a antiga instituição monárquica e os hábitos e fé política dos antepassados.

Mas é a vitória por fim é sempre da evolução que tem leis fatais. O facto de se ser um povo sentimental não impede que se seja um povo do seu tempo.

Uma contra-revolução hoje, uma guerra civil em que por estes nossos atavismos fosse lançado o país, não seria mais do que uma perturbação, apagada no decurso da história, não mais um regresso definitivo, uma renovada fase que conseguisse fazer-se.

O movimento revolucionário do espírito português não seria já hoje sufocada e a revolução caminharia para o triunfo final.

A revolução francesa, se não triunfasse em 93 triunfaria cinco ou dez anos depois.

Só poderia ser retardada, mas estava feita no espírito dos franceses. E isto era tudo.

Todas as posteriores tentativas de restauração monárquica foram tão inúteis como críticas e sangrentas, de nada lhe valendo as prestigiosas fulgurações do primeiro império.

A república esteve não há muitos anos em Espanha e talvez não esteja muitos anos sem lá voltar. Está no destino dos povos peninsulares da actualidade. A marcha da ideia revolucionária não cessou. As suas desgraças políticas externas, as suas lutas intestinas, as crises constantes dos partidos que a governam, e até a sugestão dos dois países vizinhos, mantendo sempre em alvo-roço o espírito público, secundando favoravelmente a propaganda revolucionária, conduzem a Espanha fatalmente a esse provir.

O Partido Republicano Português que se conservara latente fraco sem expansão durante alguns anos, adquiriu repentinamente vai em seis anos um vigor extraordinário com as divisões e vivas retaliações dos partidos monárquicos engrossando as suas falanges imensamente na conhecida e memorável agitação da fase franquista e continuando daí em diante, deixemos já hoje fazer história de um monarquismo extinto.

O recíproco descrédito em que os partidos se lançaram no mais intolerante digladiar, as afirmações de toda a casta, erguidas como arma de ataque contra os adversários; a desconfiança, a indisciplina e a inquietação de ânimo em que mantinham o país deram forças extraordinárias à propaganda revolucionária.

Foi mais activo, mais persistente mais generalizado o trabalho que fermentou a agitação moral fácil de perceber por toda a parte, feito pelos partidos monárquicos do que o próprio trabalho apesar de diligente e hábil realizado sem descanso pelos republicanos na imprensa e nos comícios. Eles próprios testemunhavam que eram os defensores das instituições os seus maiores colaboradores.

Do nosso lado confessamos que tivemos crença numa política monárquica que essencialmente assentasse sobre o estudo e evolução das forças económicas nacionais. Confessamos que sendo esta a declarada base da política do último governo, aquela sobre que ele fez afirmações categóricas, e pedia que o deixassem trabalhar, tivemos e ainda hoje conservamos a fé de que ele realizaria soluções consideráveis.

Poderia ser que a nossa fé nos mentisse, mas só depois da obra concluída veríamos destruídos os dados sobre que a nossa esperança se fundava.

Acreditámos que a Monarquia se um vento de insânia deixasse de dispersar os seus homens e um superior critério e a clara visão do perigo que lhe ofereciam os propagadores do ideal republicano, os reunisse numa obra comum de satisfação às necessidades do país e aos justos problemas propostos pelo evolucionar do tempo – acreditámos que a monarquia podia ainda desempenhar-se de uma vasta função social, preencher ainda um lugar que, perante o conjunto das aspirações modernas no estado em que presentemente se encontram, lhe cabia de facto. Mas, desacreditando-se tão feroz e mutuamente os partidos que tinham de a garantir podia o país ter crença e não ver nem sentir o abalo da monarquia?

Dado por isso que assim fosse, que um ressurgimento relativos de forças vitais da nação, que alguns dos graves problemas pendentes de economia nacional fossem satisfeitos – o estado de sobre excitação moral a que todo o público português tinham visivelmente chegado, levando a um manifesto desamor pelas velhas fórmulas tinham lançado a nação na vertente arremes-sando-o mais hoje ou mais amanhã para este novo plano em que se encontra hoje.

As causas foram profundas, numerosas e dum actividade incessante.

O que hoje registamos não é mais do que a lógica de acontecimentos encadeados.

Resta-nos fazer votos ardentes por que a vida nova em que o país entrou, seja de paz, de ordem, desse fecundo labor de que emergem progresso e a prosperidade.

Victor Cabral

Correio Michaelense, Ano 3.º, n.º 703, 5 de Outubro de 1910

Publicação: São Miguel. Ponta Delgada

Proprietário: H. B. de Medeiros e Câmara

Director: Francisco B. de Medeiros e Câmara

Administrador: Mateus A. Leão

Telegramas

(serviço especial do Correio Michaelense)

– ATÉ À HORA DE ENTRAR NA MÁQUINA ESTE JORNAL NÃO RECEBEMOS TELEGRAMA DO NOSSO CORRESPONDENTE EM LISBOA

Os republicanos portugueses

Um artigo do jornal inglês «Morning Post»

«O problema actualmente mais interessante da política portuguesa está relacionado com o partido republicano. Ninguém pode negar a actividade da sua propaganda nem deixar de a comparar com a evidente letargia de muitos dos seus adversário. E ultimamente foram enviados delegados fora a encontrarem-se com homens políticos estrangeiros.

As missões à Inglaterra tiveram um êxito negativo, porque a apologia do partido ao regicídio, as manifestações aos covais dos assassinos, e a intolerância da sua política repugnam às nossas

ideias. Mas os enviados encontraram animações em certos círculos maçónicos na França e na Bélgica, e tendo os cordelinhos, dominados por membros da seita, sido convenientemente puxados, vários políticos e órgãos da imprensa responderam profetizando que o fim da monarquia portuguesa está próximo. O «século» ultimamente reproduziu um artigo do «*Matin*» intitulado «Um trono que vacila», ilustrado com uma gravura de um dos leques com os retratos dos assassinos de D. Carlos e seu filho, que se vendiam nas ruas de Lisboa nas festas das vésperas de S. João. Segundo o autor do artigo, chefes de família compravam os leques e davam-nos aos filhos que os contemplavam com admiração. Também nos dizem que se as eleições fossem devidamente feitas, os republicanos e radicais combinados levariam metade dos deputados, isto é setenta e cinco em vez de catorze apenas. Pelos radicais entendem-se os dissidentes, acaudilhados pelo conselheiro Alpoim um político Proteu, cujo pequeno grupo de amigos possuía sete deputados na última eleição. O partido não tinha direito a uma única candidatura, mas conservando um pé na monarquia e o outro na república pôs em jogo com sucesso os temores daquela mediante ameaça de que passaria à segunda.

Notarei que os republicanos ainda que exteriormente unidos, especialmente na sua obra de destruição sofrem as mesmas divisões que os monárquicos. Alguns inclinam-se para uma república, segundo o modelo da Suíça, que fez da sua república o que ela é e não foi a república que deu à Suíça as suas qualidades. Os sonhadores que favorecem este plano exprimem desdém pela república francesa, à qual chamam indocrática, mas considerando a cega admiração que sente a maioria dos portugueses por tudo o que vem da França, uma república em Portugal não seria decerto mais do que uma paródia da francesa. Alguns dos seus chefes proclamaram a intenção de conservar a aliança anglo-portuguesa mas dadas as ideias da maioria, a república necessariamente se afastaria da Inglaterra e caminharia para a França, à deveria auxílio.

O dr. Bernardim Machado falando há dias em Vialongo disse «a Inglaterra governa aqui politicamente, e o partido republicano está procurando emancipar a nação desta vexatória hipoteca».

Há vinte anos o republicanismo era um credo teórico aceite por uns poucos de homens de carácter e educação e não fazia conta com os operários. Hoje a situação mudou. O movimento universal do trabalho contra o capital chegou a Portugal e lá tomou um aspecto político. O reinado de D. Carlos, com as suas crises sérias, forneceu argumentos que os inimigos da monarquia se apressaram a usar e o movimento republicano estendeu-se ao proletário. O rei viu a tempestade amontoar-se e chamou João Franco para o ajudar a meter a vida nacional na ordem, mas quando o último começou o trabalho da reforma encontrou todos contra si, se os republicanos houvessem colaborado com ele ter-se-iam demonstrado um partido de ordem, capaz de se lhe confiarem os destinos da nações, mas eles temeram o sucesso dele, que pensaram que ia provar que um bom governo não é incompatível com a monarquia e atirando às ortigas as suas declarações, juntar-se aos rotativos no obstrucionismo.

Num livro notável, «Portugal contemporâneo», Oliveira Martins mostrou que o governo constitucional foi uma experiência sem êxito e os republicanos concordam, e dizem que a república, portanto, é a única via de salvação. Pelo contrário, é mais provável que os abusos do actual regime cresceriam e que uma república portuguesa seria mais semelhante à Nicaragua do que à Suíça. Os republicanos apontam para a administração económica e honesta da Câmara Municipal de Lisboa, mas esquecem que a tutela exercida pelo ministério do reino remediou os disparates dos seus correligionários e que uma coisa é governar uma cidade e outra coisa é governar

uma nação. O carácter de muitos dos chefes republicanos não é tal que lhes possa seguramente ser confiado o poder e até o melhor deles carece de alta capacidade. O mais deplorável deles é a sua política fanática e anti-religiosa, Portugal não é a Espanha. Decerto a fé e a prática cristã estão muito decaídas lá, como um católico romano admitirá. Agora os políticos republicanos andam acrescentando a questão religiosa à questão política, procurando doutrinar as multidões crédulas com as ideias do livre pensamento militante, que derivavam de França, e estão dispostos a quebrar com todas as tradições das histórias portuguesa.

Henry Byron.

Correio Michaelense, Ano 3.º, n.º 709, 6 de Outubro de 1910

Os republicanos portugueses

Um artigo do jornal inglês «Morning Post»
(conclusão)

Um espírito de sectarismo tacanho e fanático impregna o republicanismo português, e bem se viu na recente atitude do directório que excomungou o dr. Cunha e Costa por ele ter tomado a defesa de um monárquico implicado nos roubos do Credito Predial e protestou contra os ataques ao seu cliente em jornais republicanos quando o caso estava «sub judice». Um especial agravo dos republicanos é a lei da imprensa de João Franco mas uma leitura nos seus diários, mostra que a despeito das perseguições do governo, gozam de uma licença que nós não toleraríamos aqui. Incitamentos à revolução armada e linguagem grosseira sobre o rei e a Rainha aparecem constantemente nas páginas desses jornais e o dano que fazem à causa da ordem e do verdadeiro progresso é imenso.
(...)

Governador

Consta-nos ter sido nomeado governador interino deste distrito o nosso amigo ser dr. Francisco Luís Tavares.

Correio Michaelense, Ano 3.º, n.º 712, 10 de Outubro de 1910

A proclamação da República

Teve lugar ontem, pela 3 e meia horas da tarde, no largo do consº. João Franco, desta cidade, a solene proclamação da república, perante toda a oficialidade da guarnição militar desta ilha. Regimento de infantaria n. 26, numerosas senhoras e grande massa de povo. As 3 horas encontravam-se na Câmara Municipal, além do respectivo secretario e vereadores, diversas autoridades civis e militares e alguns convidados, a fim de assistirem a esse acto oficial.

Depois de assinada pelos presentes a acta comemorativa daquele facto o nosso amigo sr. dr. Francisco Luís Tavares, Governador Civil, rodeado dos seus correligionários políticos dirigiu-se para o patamar da escadaria do edificio municipal e fez em ligeiras palavras a proclamação official da república portuguesa.

Uma salva de palmas e um grande número de vivas à república, ao exército, à armada, ao povo português cobriram as ultimas palavras do illustre republicano.

Em seguida, foi içada a um mastro colocado numa varanda da câmara, a bandeira republicana provisória, tocando a banda regimental a portuguesa e apresentando armas o regimento.

Terminada esta cerimónia falou de uma varanda do Hotel Açoriano, o republicano sr. Alves Dinis, director do banco de Portugal que em frase veemente e calorosa se referiu ao povo português enaltecendo o ideal republicano. O orador foi muito aplaudido.

Novamente a banda regimental tocou o hino republicano, tendo o regimento antes de recolher ao quartel, dado uma volta em redor do largo do município em continência à bandeira por entre as aclamações do povo.

Por esta mesma ocasião o castelo de S. Braz salvou com 21 tiros o novo pavilhão que foi também arvorado na canhoneira «Açor» no quartel de infantaria 26, na bateria de artilharia e nas repartições públicas.

A União, Ano 17.º, n.º 4.940, sexta-feira 7 de Outubro de 1910

Publicação: Terceira, Angra do Heroísmo

Director proprietário: Manuel Vieira Mendes da Silva

Ressurreição da Pátria

Depois dos momentos angustiosos porque passou a Pátria portuguesa, quem há aqui que não pense na ressurreição dela?

Essa ressurreição não se operará sem que, se use da máxima *sinceridade* e de toda a *verdade*.

A *sinceridade* traduzir-se-á em antepor aos baixos interesses e aos pequenos sentimentos pessoais os altos interesses nacionais e a nobre compreensão do bem da Pátria. Significar-se-á em esquecer-se dissensões partidárias para se realizar uma vigorosa união de esforços no empenho comum de salvar este infortunato país, da crise em que o envolveram principalmente os erros dos homens. Valorizar-se-á, sobretudo, por uma decidida abnegação, que leve a sacrificar o egoísmo à obrigação, que a todos os bons cidadãos importa, de cooperarem na causa da Pátria, porque é a causa de todos.

É nesta obra de sinceridade que o futuro de Portugal reclama, obra fundada, sobretudo, no aperfeiçoamento do carácter do povo português. Demasiadamente deixámos deprimir esse carácter, por falta de instrução popular convenientemente organizada e, sobretudo, por falta de educação cívica, que não temos procurado ministrar ao povo nem na família, nem na escola, nem nas mais serias manifestações da nossa vida política.

Falemos agora da verdade que a ressurreição da Pátria reclama.

Essa obra tem de fundar-se principalmente no culto da verdadeira liberdade e no respeito pela lei porque sem liberdade não pode compreender-se hoje a existência de uma nação digna do

convívio dos povos cultos, e sem lei não se percebe que qualquer organismo político possa subsistir e prosperar.

A política de sofismas, tal como tem havido em Portugal, não serve senão para tudo perverter e tudo perturbar, desde os serviços de administração pública até às finanças do Estado. Julgou-se que com esses sofismas se conseguia resolver dificuldades e, afinal, não se fez senão agravá-las, até que o dia chegou em que a cruel desilusão teve de patentear-se em toda a sua nudez, e a nação inteira de pagar, em duros sacrifícios, os erros do que não tiveram escrúpulo em mentir-lhe.

Não há melhor garantia para a verdade, em matéria de política e de administração pública, do que a intervenção dos cidadãos na marcha dos negócios públicos.

A sombra do indiferentismo geral tem medrado, em verdade, os maiores vícios e deles tem resultado dos mais graves males para o país. Aí fica esboçado o caminho a seguir para salvarmos Portugal da crise em que se debate há bastantes anos, e para lhe prepararmos um futuro digno do passado gloriosos que soube conquista na história.

Trilhando esse caminho, alcançaremos uma verdadeira e segura ressurreição da Pátria, gloriosa para ele, e honrosa para quantos cooperarem na empresa que o dever patriótico nos impõe.

Manifesto

Foi ontem profusamente distribuído o seguinte manifesto que teve duas edições:

Cidadãos!

O povo português, fazendo perante o mundo civilizado a enérgica afirmação da sua soberania, acaba de implantar em Portugal as instituições republicanas, mostrando incontrovertidamente a sua ânsia de Liberdade e de Justiça.

A ideia republicana, que era neste país, mais do que uma aspiração nacional – uma crença firme, inabalável em melhores idas de Fraternidade, paz e honesta gerência dos negócios públicos – acaba de ter a sua realização esplendorosa por meio dum movimento revolucionário que, tendo o seu início na capital do país se estendeu imediatamente a todos os rincões da terra portuguesa.

Soou finalmente a hora de redenção – porque o regímen republicana, que é o regímen do povo, que é o regímen em que o povo adquire plena posse dos seus direitos, que é o regímen da Fraternidade e da Equidade – há-de fazer ressurgir, para a vida da civilização o país onde existiam tantas energias latentes a que só faltava o ar límpido e vivificante da Liberdade para se expandirem em toda a sua plenitude.

Cidadãos! O Regímen republicano é um regímen de paz, é um regímen de ordem e de justiça: não é um regímen de vinganças e represálias.

A República Portuguesa não é feita para um grupo, para uma seita para um partido. A República estava de há muito implantada na consciência nacional. A República é feita para todos os portugueses, para todos os patriotas.

Foi o povo que a implantou: a vontade do povo é que a há de sustentar para bem da Pátria, para salvação e dignificação de nós todos.

Cidadãos! A História da ilha Terceira está cheia de heróicas manifestações de civismo e sempre o honrado povo terceirense, nas crise tremendas por que tem passado a nossa pátria, acorreu com o seu esforço, com a sua dedicação, com o seu espírito de sacrifício para os mais audaciosos cometimentos em prol da independência e do progresso da nacionalidade.

Está implantada a República Portuguesa. Uma nova era se inicia, que tem de ser de rejuvenescimento da nossa raça, de escrupulosa administração, de concórdia e de prosperidade.

Para isso, para as novas instituições cumpra a missão reabilitadora que o povo lhe conferiu – é necessário que todos nós ponhamos ao serviço da Pátria as energias de que a alma portuguesa é amplamente dotada.

Cidadão! A República Portuguesa vai ser proclamada na ilha Terceira, como foi proclamada nas outras terras do país. Que todos acorram a vitoriá-la. Que saúdem a aurora resplendente [*sic*] do ressurgimento nacional.

Que todas as vozes se unam – num único brado, vibrante, entusiástico, caloroso:

Viva a República Portuguesa!

Angra do Heroísmo, 6 de Outubro de 1910.

O cidadão representante do Governo Provisório

Henrique Braz

Revista Pedagógica, Ano 5.º, n.º 157, 20 de Outubro de 1910

Publicação: São Miguel

Dedicada aos interesses da instrução e do professorado oficial

Directora e proprietária: Maria Etelvina de Sousa

Notícia de destaque a criação do Sindicato dos Cultivadores de Ananases da Ilha de São Miguel...

Proclamação da República

[nota: este artigo, 2.º de uma série sobre o assunto, foi recusado há mais de 15 dias pelo Diário dos Açores, por motivos que lhe são particulares]

No dia 9 do corrente foi solenemente proclamada a República Portuguesa no edifício da Câmara Municipal de Ponta Delgada e hasteadas em todos os edifícios públicos a já gloriosa bandeira bicolor que representa a pátria Portuguesa na sua quadra gloriosa da implantação do suspirado sistema de governo que todos nós, liberais, há muito ambicionávamos.

Pelas duas e meia horas da tarde dirigiram-se para a Câmara Municipal o sr. Governador Civil, Francisco Luís Tavares, acompanhado das diferentes autoridades civis, militares, judiciais e eclesiásticas.

Pelo Regimento de Infantaria 26 que aderiu logo ao novo sistema de governo foram prestadas honras militares à nova bandeira vermelha e verde, cores que sintetizam o estado psíquico da alma nacional, na presente conjuntura, que nessa cores vê o sangue ainda quente dos heróis que se sacrificaram pelo sublime ideal da república, e esperança de um futuro melhor pelo ressurgimento e levantamento do velho Portugal, tão vilipendiado nestes últimos tempos pelos monárquicos especialmente pelos que formavam o genuíno partido talassa com os seus agregados que são todos os reaccionários.

Na varanda do edifício da Câmara e depois de haver sido hasteada a nova bandeira, ao som de A Portuguesa, executada pela banda regimental, e à mesma serem apresentadas as armas pelo regimento, fez a proclamação da república o sr. Governador Civil numa elegante, concisa e entusiástica alocução, ao inúmero público que estacionava no Largo do Município, o qual freneticamente aplaudiu com uma estrondosa salva de palmas as últimas palavras do orador, sendo levantados muitos vivas à república ao exercito e à armada.

De uma das varandas do Hotel Açoriano, discursou o sr. Augusto Alves Dinis, distinto gerente do Banco de Portugal, republicano convicto e da velha guarda, que produziu a mais vibrante oração que temos ouvido.

Fez rápida mas precisamente a história da monarquia de Bragança, mostrando a acção deletéria e nefasta que ela exerceu na vida da nação, e congratulou-se com o público micalense pela proclamação da República em Portugal. O seu discurso foi muitas vezes interrompido com palmas, bravos e vivas, e no final das suas palavras, que reproduziam [*sic*] fielmente os sentimentos da sua alma entusiástica e bem portuguesa, foi o orador muito cumprimentado.

O exército deu uma volta na praça do município que passará a chamar-se Praça da República, constantemente ovacionado pela multidão, que o acompanhou até ao quartel.

Foram muitas pessoas inscrever os seus nomes no livro que para tanto se achava patente na sala nobre da Câmara Municipal e onde proferiu um brilhante discurso em nome do exército, o capitão António Germano Serrão dos Reis.

E assim no meio da mais sincera e espontânea manifestação de regozijo da maior parte do povo micalense, que muito se orgulha de ter sido um patrício seu, o dr. Teófilo Braga, o escolhido para Presidente da República, ficou esta proclamada na cidade de Ponta Delgada, capital desta formosa ilha de São Miguel.

Viva a República Portuguesa!

Viva o Povo Português.

A República, Ano 1, n.º 1, 12 de Outubro de 1910

Semanário democrático, São Miguel

Proprietário: Manuel Martins Correia

Redacção e administração: Rua do Frias, 6

Director Henrique Paz Jr

Colaboradores.

Dr. António Albino Gomes Saraiva

Augusto Alves Dias

Tenente Abeillard de Mira Saraiva

Aníbal Cymbron Barbosa

Francisco Vaz Pacheco do Canto e castro

Dr. Luís Bernardo Leite Athayde

Dr. Manuel J. da Mata Júnior

A que vimos:

A oportunidade deste jornal, o próprio nome indica. Nascido das convulsões que produziram a república neste país o seu programa está implicitamente traçado e há muito tempo escrito – o programa da causa republicana.

Vimos continuar a propaganda encetada pelo pequeno grupo de antigos republicanos desta terra como parte da propaganda activa feita em todo o país não já para alcançar as responsabilidades do governo e furtá-lo assim as antigas ganâncias partidárias, mas e isto, sobretudo, foi e é sempre o nosso fito – para criar verdadeiros cidadãos civicamente educados, incutindo-lhe na alma, ou despertando-lhe, o sentimento da República, que é repleto de intransigência nos seus princípios e cheio de respeito e honestidade por aquilo que está acima de todos os interesses pessoais – a causa pública.

Não desejamos que alguém se diga republicano simplesmente por adesão ao actual regime: desejamos que esses cidadãos justifiquem e garantam a sinceridade das suas opiniões com o respeito e cumprimento dos preceitos democráticos, esquecendo, por completo, os antigos processos políticos de compradio interesseiro, que tem forçosamente de terminar. E isto só pode conseguir-se por uma educação cívica, que se não faz num dia, só porque a nossa vontade ou o nosso interesse assim o determinaram. Esse civismo, essa intransigência e dedicação à causa pública tem principalmente que ser devida ao trabalho e esforço próprios, mas pode ser grandemente auxiliada pela propaganda livre, exemplo vivo das normas democráticas.

Senão ponhamos nossos olhos no Povo de Lisboa, nesse heróico e grandioso Povo que acaba de dar ao mundo inteiro a maior prova de abnegação e de civismo que a História universal tem registado. Está ainda a nossa razão turva de espanto, a nossa alma abalada de comoção ao lembrar a maneira alevantada e digna como esse povo levou a cabo a patriótica Revolução Republicana sem um desfalecimento na indecisa luta, sem uma represália depois na vitória! Pois bem, esse heroísmo, essa educação cívica, são devidos na sua maior parte á propaganda dos centros republicanos – trabalho de mineiro que desce ao fundo das camadas sociais, brocando morosamente a dura ganga onde se esconde a límpida gema da Alma nacional, e depôs, lapidando-a, avivando a fina aresta cortante da intransigência, polindo a face policromada da abnegação e da lealdade!

O sentimento da república existe em todos nós: nuns acha-se coberto das paixões cobiçosas e interesseiras, que a política do passado regime só despertava; noutros jaz esquecido e indiferente com o desânimo e descrença de quem não conhece a força e o valor próprios.

É neste sentimento que procuraremos despertar ou incutir, libertando o povo da tutela do cacique e dos favoritismos, fazendo-lhe nascer o interesse pela causa pública, de cuja prosperidade depende a prosperidade duradoira de cada um de nós.

Também, assim, como o simples orçamento do indivíduo nos pode fazer conhecer o grau de intelectualidade e moralidade em que ele se acha, assim a administração publica nos pode servir como aferidor do estado da sociedade administrada e da causa publica. Deste modo, não só como meio educativo, mas principalmente pelo princípio fiscalizador de que as administrações públicas devem ser feitas nas praças em palácios do mais transparente vidro, procuraremos interessar o Povo, nessas administrações trazendo-as à luz do dia, derrubando as espessas muralhas de compradio que as tem cercado, pela crítica fiscal e fiel, que procuraremos fazer e que servirá como de lente investigadora até das mais pequeninas tramas.

Que o Povo seja o amo distinto que saiba escolher seus representantes e administradores e o senhor diligente que vele por sua fazenda. O feudalismo administrativo terminou, as oligarquias políticas morreram. Agora cada cidadão vai actuar independentemente, com a sua opinião liberta das subserviências que rebaixam, contribuindo assim para a expressão verdadeira da vontade do Povo, donde só pode provir o que nós todos amplamente desejamos – o bem da Pátria.

A Redacção

A República

Eis que finalmente se levanta no horizonte de Portugal esse sonhado vulto de mulher – vitorioso símbolo da república. Forte e confiante vem estreitar o descarnado corpo de Portugal, já desenganado pelos médicos da monarquia e insuflar-lhe vida nova a uma vida já votada à morte. E agora que a república reclama, de todos nós, colaboração imediata para a sua obra gigantesca do ressurgimento nacional apressemo-nos todos a lançar a seus pés todos os nosso esforços e a aplanar-lhe, com a nossa dedicação, a estrada íngreme, onde vai vincado, forte e segura, a sua passagem triunfante. Ainda ontem amarrada ao pelourinho das zombarias e das invectivas injuriosas, a república, Hoje, tornou-se, por uma mutação súbita de mágica, o querido e sempre sonhado Ideal de quase todos nós, – paixão assolapada posta a descoberta pelos vendavais da Revolução! Oxalá que essa paixão senão converta nas cinzas da sua própria fogsidade e que factos iniludíveis atestem a sua perseverança.

Vencedores, agora, os republicanos não conservam nos seus peitos de patriotas, a desde de vinganças. Uma ambição mais alevantada lhes tolha mesquinhos ressentimentos: olhos fitos na República apenas vêem com os olhos rasos de emoção o advento do seu velho ideal que já conta no seu martirologio numerosas vitimas. É que apostolizando esse ideal, apostolizavam o ressurgimento pátrio, e hoje a alegria do triunfo toma-lhes qualquer movimento de represália e apenas os seus braços de vencedores generosos, se entendem para a pátria, jurando defendê-la contra quaisquer tentativas de retrocesso e sujeitar o seu processo de governação à triade dos princípios políticos

Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Henrique Paz Jr

A Pátria, Ano 1.º, n.º 1, 27 de Outubro de 1910

Folha semanal, órgão do centro escolar republicano vila-franquense

Director Virgílio de Oliveira Silva

Administrador Víco Pires Coelho

O nosso programa é o do Partido Republicano

Pode parecer que à primeira vista que dominados pelo espírito de faccionismo nos vamos enclausurar nas quatro paredes rígidas de um pensamento resultante de um dado momento

histórico de que, apesar da evolução constante verificada em todos os meios, não poderemos jamais sair. Não é tal.

Aceitamos e defendemos o programa do partido republicano não só porque ele é a síntese filosófica mais perfeita que conhecemos de todo progresso realizado até hoje no campo económico, familiar, administrativo e político, elaborado por esse espírito superior que é Teófilo Braga, actual presidente do Governo Provisório da República, mas também porque dentro dele cabem todas as reformas, todas as aspirações de melhoramento, todas as inovações que a sociedade crie, no seu natural esforço de produzir o mais útil e o mais agradável.

Programa perfeitamente democrático, abrande todos os ramos de actividade humana, sob os pontos de vista moral e material.

Surpreende o indivíduo, o Estado, a humanidade; Deus, a igreja, o crente, o potentado e o faminto, o lustrado e analfabeto, todas as desigualdades, todos os preconceitos, todas as peias, numa tentativa hercúlea de varrer o que há de mau e embaraçoso para o desenvolvimento de todas as faculdades boas, de transformar uma sociedade pequena pelo seu número e mesquinha pelo aviltamento a que os dirigentes monárquicos a conduziram, numa sociedade grande pela sua emancipação, pela sua melhoria, pelo seu prestígio.

Mariano de Arruda

A Pátria, Ano 1.º, n.º 2, 3 de Novembro de 1910

Organização republicana

Foi-se a monarquia e dissolveram-se os partidos monárquicos.

Por mais entraves que à revolução pusessem os reaccionários, na sua cegueira de voltar ao regime absoluto, e os liberais na sua crença em democratizar com paliativos improficuos uma monarquia condenada pela sua própria obra, vingou triunfantemente no dia 5 de Outubro. Ficaram vencidos os reaccionários, porque a malvadez nunca foi qualidade que recomendasse ninguém, tanto mais um partido que quer governar, não venceram os liberais, porque hoje já não serve a liberdade de conta-gotas, nem os grandes males querem pequenos remédios. Não há monarquias democráticas, nem estas se democratizam porque vivem de um privilégio e o privilégio é tudo quanto há de mais aristocrático.

A Inglaterra, a Alemanha, a Itália não são monarquias democráticas são democracias, o povo, a nação progride e quer, o seu chefe o seu representante acompanha-o e cede.

E aqui está porque esse privilégio se não torna mais saliente noutras nações em que os reis têm tido o juízo de ver que se sustentam de uma ficção que ao mais leve sopro pode cair por terra. Reparem no que disse o *leader* socialista inglês na câmara dos comuns quando um jornal conservador afirmou que o rei apoiara os *lords*, os senhores: se o rei der esse passo, nós socialistas prescindimos do rei».

Efectivamente o rei não encaminhou para os *lords*, e os socialistas e todos os ingleses lá continuaram no engrandecimento da nação ao passo que os nossos políticos continuavam no engrandecimento do poder real. (...)